

PUBLICADO DOM 24/10/2001

PARECER 1311/2001 DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SOBRE O PROJETO DE LEI N° 181/98

Tendo a autoria do nobre Vereador Domingos Dissei, a propositura em análise visa à desincorporação da classe dos bens de uso especial e transfere para a classe dos bens de uso dominial a área e o imóvel tombado do Estádio do Pacaembu e o complexo esportivo que o compõe, e autoriza a sua concessão administrativa de uso, por 30 anos, mediante licitação, à iniciativa privada.

Há, no processo, os seguintes pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça: pela legalidade (fls. 5); da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: contrário (fls. 10/11) e Comissão de Administração Pública: contrário (fls. 12).

Esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que regimentalmente deve verificar e opinar sobre as proposições que tratam da "preservação da memória da cidade no plano estético, paisagístico, de seu patrimônio histórico, cultural, artístico e arquitetônico" não poderia ter uma opinião - quanto ao mérito e ao interesse público - diferente das duas últimas Comissões permanentes ouvidas, ou seja, somos totalmente contrários ao pretendido pelo ilustre Autor desta propositura.

Gostaríamos de lembrar, baseados no livro de Paulo Duarte, "Mário de Andrade por ele mesmo", EDART Editora, 1971, páginas 87 a 89, um pouco de como foi a história do Estádio Municipal do Pacaembu, mais tarde denominado "Paulo Machado de Carvalho", em homenagem ao marechal da vitória de duas Copas do Mundo (1958/1962). E o fazemos justamente no intuito de preservar a história e a memória dos homens que o construíram e que buscavam torná-lo "um complemento dos campos de atletismo, ápice do programa de educação social dos menores paulistas, aqueles para os quais a administração pública só olhava quando os metia na cadeia..." Era a intenção deles destinar o Estádio Municipal do Pacaembu "à realização de competições, campeonatos, demonstrações ou torneios esportivos ou atléticos nacionais e ainda de grandes solenidades cívicas", como era costume naquela época (década de 1930).

O terreno foi uma oferta da Companhia City, que loteou e urbanizou o bairro do Pacaembu, bem como os Jardins e outros bairros nobres da Capital, e que o cedeu à Prefeitura com a condição específica de que nele fosse construído um estádio e uma arena de jogos esportivos "digna da cidade de São Paulo".

E assim foram construídos - em tempo recorde - o Ginásio e o Estádio do Pacaembu, "criado para um destino alto no programa de educação do povo".

Foi portanto o Estádio do Pacaembu gestado no Departamento de Cultura (idealizado e criado por Mário Andrade, embrião da atual Secretaria Municipal de Cultura), e sua construção deu-se na gestão do então Prefeito Fábio Prado, sob a direção de Paulo Duarte, até que sobreveio o Estado Novo getulista e desvirtuou muitos dos ideais e objetivos daqueles homens que o construíram.

No entanto, o Estádio e o Ginásio do Pacaembu são - hoje - tombados pelo COMPRES - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo e é assim que gostaríamos de vê-lo continuar. Sua cessão à iniciativa privada não é necessária. Basta que seja bem administrado, com transparência e voltado para o bem-estar de todos, para que sua utilidade para a população de São Paulo volte a prevalecer.

Desse modo, por todas as razões acima expostas, somos contrários ao projeto em apreço. Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em 23/10/01.

Beto Custódio - PRESIDENTE

Cláudio Fonseca - RELATOR

Raul Cortez

William Woo